

Sociedade e biodiversidade na Mata Seca Mineira

Society and biodiversity in dry forest at Minas Gerais state

Felisa Anaya*
Rômulo Barbosa**
Cristina Sampaio***

Resumo: O reconhecimento do homem como principal elemento na natureza que causa e propicia mudanças no uso da terra traduz a necessidade da inclusão do estudo da dimensão humana e social na construção de conhecimento científico em Florestas Tropicais Secas. Ao considerar o forte impacto antrópico, nesse tipo de bioma, a preocupação atual dos conservacionistas, dos cientistas sociais e dos tomadores de decisão se pauta sobre os componentes ecológicos e sua articulação ao desenvolvimento sustentável das populações que dependem dos recursos naturais de Florestas Tropicais Secas. O Parque Estadual da Mata Seca, área de estudo da rede de pesquisa Tropi-Dry¹, é descrito nesse trabalho, no contexto da transformação antrópica no norte de Minas e da discussão sobre meio ambiente, sustentabilidade e território.

Palavras-chaves: meio ambiente, sustentabilidade, território.

Abstract: The recognition of man as the key element driving land use changes stresses the need for the inclusion of human and social dimensions in the construction of scientific knowledge in Tropical Dry Forests. Considering the strong anthropogenic impact threatening this biome, the current concern of conservationists, social scientists and decision-makers focuses on the ecological components and their articulation with the sustainable development of the populations which depend on Tropical Dry Forests. The State Park of Mata Seca, the study area of the Tropi-Dry research network, is described here, in the context of the human-driven changes occurring in the North of Minas Gerais and the discussion about environment, sustainability and territory.

Key-words: environment, sustainable, territory.

* Psicóloga, Mestre em Saúde Pública - ENSP-FIOCRUZ/RJ e professora do Departamento de Saúde Mental e Coletiva da UNIMONTES, felisaanaya@yahoo.com.br;

** Sociólogo, Mestre em Sociologia Rural - UFRRJ e professor do Departamento de Ciências Agrárias da UNIMONTES. romulo.barbosa@unimontes.br;

*** Socióloga, Mestre em Epidemiologia - UNIFEST-SP e professora do Departamento de Saúde Mental e Coletiva da UNIMONTES-MG, sampaio.cristina@uol.com.br;

¹ (Collaborative Research Network-CRN) incorpora pesquisadores de florestas tropicais decíduais localizados no México, Cuba, Costa Rica, Venezuela e Brasil.

Introdução:

A região do norte do Estado de Minas Gerais transformou-se, nos últimos anos, com a criação de Unidades de Conservação do tipo UPI, especialmente, com os parques estaduais. Estes parques, a exemplo do Parque Estadual da Mata Seca, se inserem dentro das estratégias de promoção de áreas de conservação dos recursos naturais como ações de mitigação da degradação ambiental provocada pelos projetos agropecuários financiados pelo próprio Estado.

O estudo de sua dimensão humana e social se traduz na identificação, reconhecimento e incorporação do conhecimento das populações em torno do local estudado; sua incidência e o uso que as mesmas fazem do meio ambiente. Contextualizar sua história territorial, cultural, social, econômica e política é um dos desafios que essa dimensão se propõe. A compreensão e consideração desses elementos são essenciais para construir políticas públicas de acordo com as realidades locais e viabilizar processos de desenvolvimento sustentáveis a partir da criação de alternativas de manejo das Matas Secas.

Modernização e Transformação Antrópica da Paisagem no Norte de Minas Gerais.

O Norte de Minas Gerais possui uma área de 120.701 km² que corresponde a 20,7% do território do Estado. Distribuída por 86 municípios, em 2000 sua população era de 1.492.715 habitantes², destes 529.510 correspondiam à população rural e 963.205 à urbana. A partir de 1965, a região foi inserida dentro da área de atuação da SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste³. Iniciou-se um processo de modernização do campo, financiado por várias linhas de financiamento estatais como o Fundo

de Investimento do Nordeste (FINOR) e o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET), que concediam empréstimos para a implantação de projetos industriais e agropecuários.

O processo de modernização do campo foi estruturado a partir de 4 (quatro) eixos principais: agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva e monocultura de algodão. Dentre os grandes projetos de fruticultura irrigada, financiados nesse período, destaca-se o Projeto de Colonização do Jaíba, que, segundo Rodrigues (1998: 270), recebeu dos governos Federal e Estadual, investimentos de recursos da ordem de US\$ 471.275.419,031. Atualmente, o projeto Jaíba é alvo de constantes críticas relacionadas ao impacto ambiental e sua viabilidade sócio-econômica (Rodrigues, 1998). Apesar das críticas, esse projeto, encontra-se em processo de expansão denominado etapa II com recursos investidos pelo governo estadual.

Outro grande projeto que modificou a paisagem da região foi a implantação da monocultura de eucalipto que utilizou destes maciços homogêneos para a produção de carvão vegetal, objetivando o abastecimento das siderúrgicas da região central do estado, especialmente, Sete Lagoas e Belo Horizonte.

No que diz respeito à pecuária extensiva, o investimento de agentes financeiros, como o Banco do Nordeste (BNB) e Banco do Brasil, propiciou a ocupação de milhões de hectares, que impactou, de forma incisiva, no meio ambiente. Cabe ressaltar que o processo de modernização rural, não ocorreu de forma homogênea, variando de intensidade em alguns municípios e micro-regiões.

Em relação ao impacto desse processo na forma de organização e sobrevivência humana na região, as consequências da mecanização e o uso intensivo de

² IBGE. Contagem da população. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <www.ibge.gov.br>.

³ Criada em 1960 como autarquia federal tinha por objetivo promover incentivos para o desenvolvimento econômico da região nordeste do país e da área mineira considerada polígono das secas, da qual Montes Claros se insere. Em 2001 a Sudene foi transformada em Adene-Agência de Desenvolvimento do Nordeste.

pacotes agroquímicos que orientou o modelo de desenvolvimento rural do Norte de Minas, implicou no empobrecimento dos agricultores, na degradação dos recursos naturais e na manutenção da concentração fundiária em toda região. Outra consequência desse processo foi o deslocamento sazonal de agricultores e agricultoras para trabalharem nas lavouras de café e cana-de-açúcar, no sul de Minas Gerais e interior de São Paulo⁴.

Esse processo de “modernização” definiu um novo quadro sócio-econômico e ambiental para as populações que viviam no mundo rural norte-mineiro, composto por um complexo de populações e de formas de relação sociedade-natureza. Essa co-evolução permitiu o surgimento de populações que produziram saberes específicos em relação ao uso da terra em que viviam e se tornaram tradicionalmente conhecidas como geraizeiros - habitantes das áreas de cerrado, caatingueiros - habitantes da caatinga e vazanteiros - habitantes das vazantes do rio São Francisco, dentre outros (Dayrell, 1998). Um dos grandes desafios que se apresentam para os gestores de políticas públicas com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável rural e urbano, bem como, para a sociedade civil e instituições (universidades, ONGs), é a construção de processos produtivos fundados em outro padrão de relação sociedade-natureza. Assim, torna-se urgente o fomento e a geração de práticas socioeconomicamente justas e ambientalmente sustentáveis.

Meio Ambiente e Sustentabilidade: as Unidades de Conservação

A preocupação com os processos produtivos e o meio ambiente gerou, a partir da segunda metade do século XX, importantes debates teóricos acerca da relação entre desenvolvimento e sustentabilidade. As unidades de conservação são as expressões institucionalizadas mais importantes desse debate.

A difusão e popularização da noção de desenvolvimento sustentável ocorreu a partir de 1992, no município do Rio de Janeiro, com a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento⁵, por meio de intensas discussões entre governos e organizações da sociedade civil de vários países, culminando na Agenda 21⁶.

A noção de desenvolvimento sustentável tornou-se hegemônica e ocupou espaço nas agendas oficiais nacionais e internacionais, quando são colocadas em questão a problemática do crescimento econômico, ganhos sociais, impactos ambientais e a capacidade de suporte do planeta. Stahel (1998) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável foi rapidamente assimilado pelo debate ambiental, seja nas instâncias oficiais, seja no movimento ecológico. Porém, não há consenso quanto ao seu significado.

A noção de sustentabilidade que orienta as análises

⁴ Surge daí os fenômenos denominados “viúvas da seca”, “comunidades fantasmas” e “escravos do carvão”. No primeiro caso, refere-se às esposas dos maridos migrantes, no segundo ao esvaziamento total das comunidades decorrentes da migração das famílias e por último, trabalhadores em condições sub-humanas nos fornos de produção de carvão das empresas reflorestadoras.

⁵ Conhecida como ECO-92 ou RIO-92.

⁶ Discussões anteriores sobre a sustentabilidade foram iniciadas em Breutland, no ano de 1987, com o relatório “Nosso Futuro Comum”.

de continuidade, durabilidade dos recursos naturais, culturais, étnicos, insere-se, necessariamente, num terreno de concepções variadas, de disputas sobre formas e estratégias de sua promoção, tendo como *locus* principal a esfera política, onde são definidas e implementadas as políticas públicas.

O debate deve ser deslocado dos termos abstratos para a discussão concreta da sustentabilidade. De acordo com Teixeira (2005: 53), na década de 90, o desenvolvimento sustentável se tornou expressivo como referência para resolver problemas e conflitos relativos à ocupação humana em unidades de conservação. Entretanto, a discussão sobre a sustentabilidade ambiental já vinha dando sentido à criação das unidades de conservação, desde o final da década de 60.

A unidade de conservação é definida legalmente⁷ como espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

As unidades de conservação são divididas em dois grupos: unidade de proteção integral e unidade de uso sustentável. São unidades de proteção integral (UPI): estação ecológica, reserva biológica, parques nacionais, estaduais e municipais, monumento natural e refúgio de vida silvestre. São unidades de uso sustentável (UUS): áreas de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural. A distinção entre os dois grupos relaciona-se com o objeto e a forma de conservação da natureza, e, conseqüente restrição de acesso e uso. As UPIs objetivam preservar a natureza,

permitindo o uso indireto dos recursos naturais de acordo com o plano de manejo. Já as UUS objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, de acordo com o plano de manejo.

Os parques, como UPIs, são áreas de posse e domínios públicos com uso restrito, com visitação pública sujeita às normas previstas no plano de manejo. Têm como finalidade a preservação de ecossistemas naturais, possibilitando a realização de pesquisas científicas, desenvolvimento de atividades educativas e turismo ecológico.

Parque Estadual da Mata Seca: Caracterização Histórica e Antrópica da Área de Estudo e seu Território

Localizado na região norte do Estado de Minas Gerais, no município de Manga, o Parque Estadual da Mata Seca (PEMS) foi criado pelo decreto nº 41.479 de 20 de dezembro de 2000, como uma condicionante ambiental do projeto de irrigação Jaíba/Morro Solto. De acordo com documento oficial de criação do parque, *Parque Estadual da Mata Seca* (IEF, 2000), as condicionantes ambientais do projeto Jaíba, foram determinadas pela Câmara de Atividades Agrossilvopastoris e Câmara de Infra-estrutura do Conselho de Política Ambiental (COPAM)⁸, através do processo COPAM nº 339/01/97.

Esse processo dispõe sobre a criação de uma unidade de conservação (UC), à margem esquerda do rio São Francisco, com objetivo de preservação da área, das espécies animais e vegetais do complexo da bacia. Em 2003, os recursos financeiros destinados à etapa II do projeto Jaíba, foram condicionados à concessão da *Licença de Operação* (LO) determinada pelo COPAM, que definiu diversas condicionantes sócio-ambientais ao projeto Jaíba, relacionadas à Mata Seca.

⁷ Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.

⁸ O Conselho de Política Ambiental - COPAM, criado em 1977 como Comissão de Política Ambiental, é o órgão responsável pela formulação e execução da política ambiental em Minas Gerais.

Ricas (2006: 02) indica a LO como medida fundamental “(...) na criação de um sistema de áreas protegidas – SAP, destinado a salvar amostras da rica biodiversidade da Mata Seca da Jaíba e a implantação da etapa II emdiversas melhorias(...)”.

De acordo com a autora, a implantação do SAP, deveria integrar diversas unidades de conservação já criadas, como: parques, reservas e áreas de proteção ambiental, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 1
Unidades de conservação do projeto Jaíba

UC - integral	Criação	Área / ha	Município
Parque Estadual Lagoa do Cajueiro	Dec. 39.95408/10/1998	20.500	Matias Cardoso
Parque Estadual Verde Grande	Dec. 39.95308/10/1998	25.570	Matias Cardoso
Parque Estadual da Mata Seca	Dec. 41.47920/12/2000	10.281,44	Manga
Reserva Ecológica Serra Azul	Dec. 39.95008/10/1998	7.285	Jaíba
Reserva Biológica da Jaíba	Lei 6.126-04/07/1977 Lei 11.731-3012/1994	6.210	Matias Cardoso
Reserva Legal - Jaíba I	X	7.317,82	Matias Cardoso
Reserva Legal - Jaíba II	X	1) 1775,722) 6.437,77	Jaíba
Total	X	85.377,75	X
UC - sustentável	Criação	Área / ha	Município
Área de Proteção Ambiental Serra do Sabonetal (APA)	Dec. 39.952, de 08/10/1999	82.500	Itacambira, Jaíba e Pedras de Maria da Cruz
Área de Proteção Ambiental do Lajedão (APA)	Dec. 39.951, de 08/10/1998	12.000	Matias Cardoso

Fonte: RICAS (2006: 07)

Assim, o Parque Estadual da Mata Seca foi incluído dentro das unidades de conservação integral, a partir de um levantamento realizado pelo Instituto Estadual Florestal – IEF do Estado de Minas Gerais, fiscalizador e executante das condicionantes. Com uma área de 10.281,44 hectares, inclui em sua área de influência⁹ outro parque da unidade de conservação: o Parque Estadual Lagoa do Cajueiro, criado em 1998. A cobertura vegetal da área é composta por formações distintas, predominantemente caducifólias, predominantemente, caatinga, com árvores de grande porte, como a

Cavallinesia arborea, conhecida como barriguda. Possui em seu interior quatro lagoas que a população em torno do parque utiliza para pesca doméstica. São as lagoas da Prata, Encantada, Comprida e Angical.

Além disso, faz fronteira com três municípios: Matias Cardoso, Itacarambi e São João das Missões. A população total dos quatro municípios é de 58.244 habitantes¹⁰. O número de comunidades¹¹ existentes em torno do parque, apresenta segundo um levantamento realizado pelo Programa de Saúde da

⁹ Estamos considerando área de influência o que denomina-se de zona tampão, aqui determinada por um raio de 10 km entorno do parque.

¹⁰ Fonte: IBGE – Contagem da População/2000

¹¹ Comunidades: município de Manga (Maracaiá, Mucungê e São José), município de São João das Missões (São Bernardo, Coqueiro, Rancheira, Porteirinha e Traíras), município de Matias Cardoso (Várzea da Manga) e município de Itacarambi (Remanso e Ilha do Capão)

Família (PSF) em outubro de 2005, 810 famílias e população total de 4050 pessoas. Essas comunidades possuem uma diversidade étnica muito grande. Podem ser identificadas como quilombolas, ribeirinhos, indígenas e vazanteiros. Por ribeirinhos, são identificados os habitantes das margens do rio São Francisco, por quilombolas, remanescentes de afrodescendentes e ex-escravos, indígenas, identificamos o povo que habita a reserva legal Xacriabá e vazanteiros, os habitantes das ilhas do rio São Francisco. Essas comunidades estão mais ligadas ao uso do rio São Francisco e de suas margens do que propriamente da mata seca. Há também no seu entorno fazendas de pecuária bovina, e, mais distanciadadas da margem do rio, comunidades de agricultores e assentamentos de reforma agrária.

O extrativismo vegetal frutífero, madeireiro e fitoterápico para o uso doméstico, bem como a agropecuária de auto-abastecimento constituem-se como principais usos da biodiversidade local. Entretanto, deve-se considerar também, a constituição fundiária do parque, uma vez que é de domínio de propriedade privada, cobrindo quatro fazendas para criação de gado e cultivo de agricultura. Atualmente, o uso do solo continua condicionado às duas atividades citadas, até a regularização fundiária do mesmo, pelo Estado.

A inserção da dimensão humana e social no estudo do Parque Estadual da Mata Seca implica uma discussão que vai além da sua descrição geográfica. Sugere-se assumi-lo enquanto categoria de análise social, dando-lhe um estatuto teórico e uma possibilidade de aprofundar o diálogo, até então inexistente, entre geografia, biologia, sociologia e demais disciplinas do conhecimento. Pressupõe resgatar a idéia de espaço geográfico como o espaço de todos; indivisível dos seres humanos que o habitam e que o modificam todos os dias. Para Santos (2002), o espaço geográfico é sinônimo de território:

um conjunto que agrega os sistemas naturais mais os acréscimos históricos materiais impostos pelo homem. Seria formado pelo

conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais seu uso, ou, em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e política. (Santos, 2002: 87)

O maior desafio ao se discutir questões territoriais é negar a visão tradicional da geografia de tratar o território como um quadro-negro sobre o qual a sociedade reescreve sua história. Para o autor, o território é dinâmico, vivo. "A sociedade incide sobre o território, e este, sobre a sociedade". (Santos, 2002: 70) Portanto, deve-se reconhecer a inseparabilidade estrutural, funcional e processual entre sociedade e território. Ao ser caracterizado dessa forma, o território para Santos (2002) torna-se o principal revelador dos grandes problemas nacionais, já que permite uma visão não fragmentada e unificada dos diversos processos sociais, econômicos e políticos. A contribuição de Santos (2002), com a noção de território, permite à dimensão humana e social trabalhar no Parque Estadual da Mata Seca, considerando suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e conteúdos econômicos, fiscais e normativos. Dentro dessa perspectiva, cada pedaço do território tem uma relevância política específica, exigindo um discurso específico. No caso do Parque Estadual da Mata Seca, o uso do seu território, e, não o seu espaço em si é o que nos permite torna-lo objeto da análise social. Permite mapearmos os problemas e conflitos inerentes a essa unidade de conservação e sua relevância ambiental.

Considerações Finais

Por serem áreas de uso indireto e acesso restrito, o processo de implementação de UPIs, necessariamente, está envolvido em relações de conflitos. Quer em função da desapropriação da área onde será instalada a unidade de conservação, quer pela reação da população local como consequência das restrições. São relações intrínsecas à configuração, desconfiguração e reconfiguração de territórios.

A inserção da dimensão humana e social no TROPICAL-DRY, reconhece a população como parte essencial que incide nesse território. Nesse sentido, introduz rupturas com as formas tradicionais de se fazer pesquisa e produzir conhecimento. Compreende um circuito de saberes entre campos distintos, considerando as complexidades que suas dimensões envolvem. Entende essa *complexidade* como algo que foi tecido junto, pois, reconhece outros saberes, formando um circuito, denominado de *anel epistemológico* ou por Prigogine (2001) de *Uma nova Aliança*. Portanto propõe-se a trabalhar unindo práticas interparadigmáticas através de uma pesquisa triangular, comunicando instâncias ou disciplinas até então separadas.

A dimensão humana é essencial no projeto uma vez que propicia fazer dialogar diversos campos de saber, inclusive o saber das populações locais. Pois, é importante recordar que a experiência local, o modo de vida da população depende diretamente da forma de administração da Mata Seca e vice-versa, sendo este um importante foco da pesquisa. Não considerar essa junção significaria construir um saber fragmentado, com campos de conhecimentos não comunicantes, *um mundo onde há um lugar para cada coisa e nenhum lugar para o homem* (Prigogine, 2001: 26).

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. Externalidade Ambiental e Sociabilidade Capitalista. In CAVALCANTI, C. (Org.) *Desenvolvimento e Natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1998.

DAYRELL, C. A. *Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: la contribución de la agroecología e de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas*. Espanha:

Universidad Internacional de Andalucía, 1998.

IEF-Instituto Estadual de Florestas. *Parecer técnico para a criação do Parque Estadual da Mata Seca*. Relatório técnico, Belo Horizonte-MG, 2000.

PRIGOGINE, I. *Ciência, Razão e Paixão*. CARVALHO, E. A. & ALMEIDA, M. C. (org.). EDUESPA: Belém, 2001.

PRIGOGINE, I. Das ciências e dos homens: as razões do otimismo. In: ALMEIDA, M. C.; CARVALHO, E. A. (org.). *Ciência, razão e paixão*. Belém: EDUFPA, 2001.

RICAS, M. D. AMDA e o Projeto Jaíba. In: Preservação da Mata Seca Ainda Não Está Garantida. *Revista Ambiental Hoje*. AMDA. Belo Horizonte, ano XVI, abril/2006. número 125. p. 2, 3, 6 e 7. Disponível em <www.amda.org.br/interna_informacoes_amb_hoje.asp> Acesso: 09:23h.

RODRIGUES, L. *Investimento Agrícola e o Grande Projeto Jaíba: Uma Interpretação: 1970-1996*. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1998. (Tese de Doutorado).

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, M. *O País Distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002.

STAHEL, A. W. Capitalismo e Entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez Editora; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

TEIXEIRA, C. *O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a "naturalização" do social*. RBCS, v. 20, n. 59, 2005.